



NÃO PINTCHA

ORGAO DO MINISTERIO DE INFORMACAO E CULTURA

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

TERMINOU A REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PAIGC

- APROVADOS PLANO QUADRIENAL E PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
- MAIOR ABERTURA A INVESTIMENTO PRIVADO ESTRANGEIRO
- MAIOR COMBATE À CORRUPÇÃO
- MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICE ORÇAMENTAL
- 60.º ANIVERSÁRIO DE CABRAL VAI SER COMEMORADO



A segunda reunião ordinária do Comité Central do PAIGC, que decorreu em Bissau, de 28 de Setembro a 1 de Outubro, aprovou o I Plano Quadrienal do Desenvolvimento Social e Económico e recomendou aos organismos do Partido para mobilizar todas as energias nacionais para a sua realização. Também foi aprovado o programa de Estabilização Económica e Financeira.

Ainda dentro do Programa de Estabilização Económica e Financeira, o CC recomendou que se leve a cabo no «ma's curto prazo, a reestruturação do sector comercial». Essa reestruturação deve ser «baseada na privatização tanto quanto possível da rede do comércio retalhista rural».

Na sua análise à situação económica, o CC do PAIGC recomendou uma maior abertura ao investimento privado estrangeiro nos domínios dos recursos naturais, de preferência em regimes de associação com capitais nacionais.

O CC decidiu, igualmente, dar um duro «combate à corrupção e práticas ilícitas no seio dos organismos estatais e do Partido». Nesse contexto, e tendo em conta os «graves erros cometidos no desempenho das suas funções», alguns dirigentes e responsáveis do nosso Partido foram severamente punidos de acordo com os Estatutos do PAIGC. — (Ver página 6).

CIMEIRA FRANCO-ÁFRICANA

A X Cimeira Franco-Áfricana de Vittel (França), terminou ontem à tarde os seus trabalhos, sem contudo ter encontrado a solução milagrosa para o conflito tchadiano, mas permitiu a abertura de um diálogo entre os partidários de N'Djamena, e os que preconizam negociações em pé de igualdade com o GUNT de Goukouni Weddeye.

Entretanto, o camarada General de Divisão, João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, participou nesta Cimeira, tendo deixado Bissau na manhã de domingo com destino à França. A Guiné-Bissau participou como observador. — (Ver pág. 7)

SAÚDE MARIA PRESIDE ABERTUA DE AULAS (Pág-8)



NINO VIEIRA PROMOVIDO A GENERAL

O Comité Central do PAIGC decidiu, na sua segunda reunião ordinária, que decorreu em Bissau de 28 de Setembro a 1 de Outubro, promover por distinção a General de Divisão, o camarada Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do Partido e Presidente do Conselho da Revolução e Comandante em Chefe das Forças Armadas.

A decisão foi tomada «interpretando a vontade expressa dos soldados e oficiais» das nossas gloriosas Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

Dos leitores

Grande-Hotel não é sala de estar

Camarada Director do nosso trissemanário «Nô Pintcha», é com os mais respeitosos cumprimentos que venho, pela primeira vez, no nosso vosso jornal versar sobre um assunto que, à primeira vista parece não ter qualquer «porquê», mas que no campo de crítica construtiva o tem. Trata-se do nosso GRANDE-HOTEL.

Não viajei muito para além fronteira do nosso país, mas de poucas cidades por onde passei, não constatei factos que, ultimamente, se têm verificado no referido hotel.

Ele é um recinto público, é certo, e portanto, motiva concentração de pessoas.

Cada qual com a sua finalidade. Uns marcando encontros para assuntos de negócios, uns para estudarem, outros para bebericar o seu cafézinho do costume ou algum refresco, por causa do calor que na nossa linda cidade às vezes sufoca!

Acontece porém que há algumas pessoas não lhes vislumbra nenhuma das situações inumeradas atrás. Pergunto a mim mesmo, o porquê d'isso e não sei responder ou não me atrevo a tal, para, moralmente, não lesar nenhum dos meus conecidadãos.

Uns vão lá fazer do local sala de estar, visto passarem horas a fio, ocupando mesas, em amena conversa, a respeito do desperto e demais temas. Isto tudo em pleno dia de trabalho e horas de expediente. Certo que cada cidadão é livre de ocupar o seu tempo como bem entender.

Mas, no momento em que atravessamos na difícil luta em que cada um de nós, porque é dever de todos, em comum, pensar e desejar o desenvolvimento e avanço dela, não é possível isso.

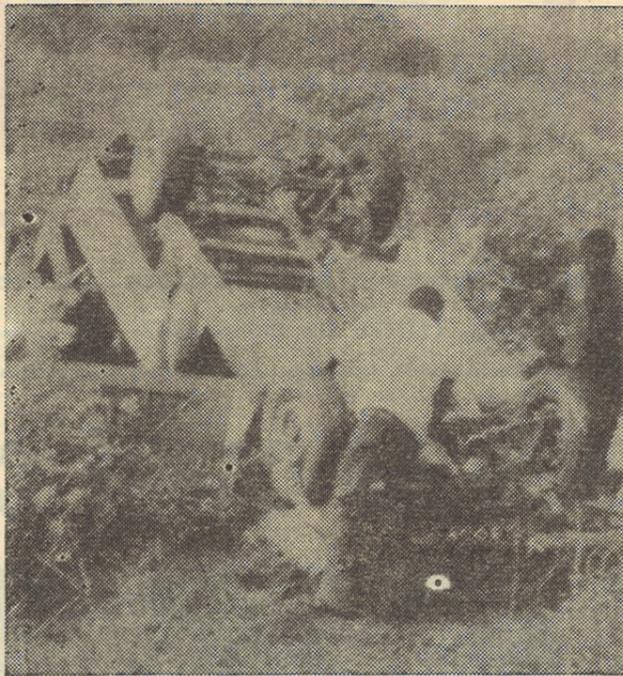
A hora é de Reconstrução Nacional, portanto, exige de cada cidadão desta terra, sem excepção, homem/mulher/criança, uma participação efectiva, nessa batalha, em qualquer domínio e localidade, aonde se encontre.

Casos camaradas e conecidadãos, este meu apontamento é apenas uma chamada de atenção, para melhor conscientização da hora que vivemos. Evitemos estar naquele recinto para além do tempo preciso, para efectuarmos quaisquer das necessidades atrás citadas, a fim de podermos cumprir cabalmente os nossos objectivos e a palavra de ordem lançada pelo grande Kabi. «Ano de Acção e Não de Palavras»!!!

VICTOR RIVERA UCHA

Acidente de viação em Gabú

Doze mortos e 14 feridos



O perigo de conduzir em estado de embriaguês (foto arquivo)

Doze mortos e 14 feridos (10 graves e quatro ligeiros), foi o balanço de um violento acidente de viação ocorrido entre as 11 horas e o meio da do passado Domingo, dia 2 do mês em curso, na tabanca de Sintchã Sambel, área do

sector do Gabú.

Salienta-se ainda que entre os 10 feridos graves, três foram já transferidos para Bissau.

O acidente esteve na origem no despiste de um camião de carga, que viajava da República da Guiné-Conakry para a República do Senegal, com um número de 32 passageiros. A certa altura, o veículo perdeu uma das rodas da frente, o que o fez capotar.

Soube-se, por outro lado, que o condutor, que na altura se encontrava embriagado, segundo testemunhas oculares desappareceu, com um dos sobreviventes que alugara o carro. Entretanto, as autoridades de Gabú prosseguem as buscas.

O trágico acontecimento, levou o embaixador da Guiné-Conakry no nosso país, camarada Mamadu Tounkara, à cidade de Gabú, conside-

rando que o camião pertencia ao seu país, e transportava igualmente guineenses. As cerimónias fúnebres tiveram lugar na segunda-feira no Leste.

Notícias ainda provenientes daquela região leste do país, dão conta da morte dos dois maiores artistas daquela região: Buli Galissa, de 108 anos de idade, natural de Oquemaunde (sector de Gabú) e pai de um outro grande artista, de nome Queba Galissa, faleceu no passado dia 17 de Setembro. O outro camarada Ceura Camará, de 60 anos de idade, natural de Foia, área do sector de Pitché, faleceu na madrugada da passada quarta-feira, no Hospital de Gabú, vítima de doença.

No interior: As aulas já começaram

Teve lugar, no passado dia 1 de Outubro em todo o território nacional, cerimónias oficiais que marcaram a abertura solene do ano lectivo 83/84.

Em Gabú, o acto solene que teve lugar no salão do Club desportivo e recreativo daquela cidade e contou com a participação de quadros regionais de Educação, membros do Comité de Estado e professores, começou com um «meeting», no qual falou o camarada Herculano Silva Costa, delegado regional da Educação. Na ocasião salientou a importância de que este

acto se reveste precisamente no «Ano de Acção e Não de Palavras».

Por outro lado, em Farim, o acto teve lugar no Club da mesma cidade e contou igualmente com a participação dos responsáveis regionais, professores e encarregados de educação bem como dos membros do Comité do Partido e Estado da região de Oio.

Entretanto, em Catió, a abertura do ano lectivo ocorreu sob a presidência do camarada Serifó Fal Camará, delegado regional da Educação e na presença de dirigentes do Partido e Estado de Tombali, assim como

de uma delegação do Ministério da Educação Nacional e professores dos diferentes níveis de ensino daquela região.

O camarada Fal Camará, na sua alocução, disse aos professores que têm mais um novo ano a cumprir perante as directrizes traçadas pelo MEN, e que são responsáveis perante milhares de crianças, que vão enfrentar o ensino pela primeira vez, além de terem que saber cumprir, e consagrar o programa traçado pelo Partido.

Por outro lado, usou também da palavra o camarada Carlos d'Almeida.

Os membros do Secretariado da JAAC da região de Oio reuniram-se recentemente em Farim para se debruçarem sobre pontos referentes ao enquadramento da juventude camponesa no seio da organização juvenil, a reestruturação nos comités de base do Partido, bem como a planificação e desenvolvimento das granjas pertencentes à JAAC a nível da região.

Presidiu a reunião o camarada João Alves, primeiro secretário da JAAC no norte do país, na presença do secretário para a organização de massas de Oio, camarada Santos Góia.

Responde o povo

Qual é o papel da UDEMU

Cabe à mulher, em todas as sociedades do mundo progressista um papel de envergadura, ao lado dos homens, fazendo a própria história.

Como padrão de exemplo, evocamos ao ano de 1857, em que elas deixaram um marco de honra na gloriosa página histórica da sua luta, ao empreenderem um levantamento, reivindicando a redução do horário de trabalho, de 16 para 10 horas diárias, exigindo também aumento de salário. Esta efeméride é um símbolo de coragem na senda da emancipação da mulher.

Entretanto, é na base desta referência que o «Nô Pintcha», atendendo à responsabilidade que cabe à nossa Organização Feminina (UDEMU) na edificação de uma terra nova, incidiu a sua entrevista sob o tema: «Qual é o papel da UDEMU na sociedade?»

UDEMU, UMA GRANDE RESPONSABILIDADE SOBRE SEUS OMBROS

Inácio Correia, estu-

dante do Liceu, morador no Bairro de Calequir. «A nossa Organização Feminina tem sobre seus ombros um

grande fardo a conduzir no contexto histórico da nossa jovem sociedade. Isto, devido a fraca maturidade e às vezes a ausência de sensibilidade das nossas mulheres (camadas jovens ou médias) no que respeita a certas dificuldades com que se deparam».

CRIAR ARMAS FRENTE AOS ACTOS NEFASTOS A SOCIEDADE

Candua Colatá, doméstica, de 50 anos de idade, moradora no Bairro de Cuntum. «Antiga-

mente, as mulheres movimentavam-se de acordo com o nível etário, pois, tinhamos várias mandjuandades. Portanto, naquela fase tudo era diferente do agora; porque, actualmente, existe uma única Organização Nacional Feminina, com um carácter não só de unir as mulheres da nossa terra, como de as politizar e defender os seus direitos. Entretanto, este é um bom princípio porque, quer mulheres de idades compreendidas entre os 40 e 50 anos... e das de 20 a 35, compartilhamos a mes-

sada, com filhos ou não. Isto tudo não é nada, o que me ofende, que elas não têm a responsabilidade e estão imbuídas de grandes vícios que ninguém pode imaginar. Para esse efeito, considero que a UDEMU tem que mobilizar meios viáveis a fim de salvaguardar a situação, evitando que algumas se afundem no abismo. Porque em consequência de tudo isto, poderá trazer ao nosso governo inúmeros e graves problemas na vida social».

MANTER A NOSSA PERSONALIDADE

Aurizanda Gomes Moreira, estudante do Liceu, moradora no Bairro de Calequir. «A UDEMU é uma organização feminina que se pronuncia pelos direitos legítimos das mulheres da nossa terra. Para tal, reveste-se de um papel bastante importante quanto à manutenção ou preservação da nossa personalidade. Aderimos aos princípios visados por ela, é um grande gesto, que se pode considerar, de participação consciente na conquista da nossa sociedade».

CEPI: Terminou o seminário de avaliação e planificação

Terminou no passado sábado numa das salas da Escola do Ensino Básico Complementar III Congresso, onde vinha decorrendo desde o dia 26 de Setembro último, o Seminário Nacional de Avaliação e Planificação do Centro de Educação Popular Integrado (C.E. P.I.)

O acto foi presidido pelo camarada Avito José da Silva, Ministro da Educação Nacional, que frisou a dado passo da sua intervenção, que as resoluções finais enquadram-se na fonte de inspiração do Centro, aspectos são, salientes na vida do CEPI.

O Ministro de Educação, sublinhou ainda ser indispensável a ligação entre o MEN e o CEPI.

Por outro lado, o camarada Avito da Silva, recordou que o desenvolvimento de qualquer país deve ser impulsionado pelos seus próprios filhos, tendo salientado a responsabilidade que cabe aos quadros do CEPI nesta nova tarefa.

A terminar, o titular da pasta de Educação criticou o Departamento de Alfabetização que tem limitado só as suas actividades no gabinete,



Jovens enquadrados no CEPI numa actividade cultural (foto arquivo)

recordando que existem circuitos que funcionam só dois meses, após do qual encerram as suas actividades.

Recorde-se que o C.E. P.I. vai entrar na sua terceira fase. A primeira fase, de Janeiro de 1977 a Dezembro de 1978, foi de arranque e implantação e 1980 ano de transição. A segunda fase, de Janeiro de 1981

a Dezembro de 1983, foi caracterizada pelo alargamento a três zonas (Sul, Norte e Leste). E na terceira fase, de 1984 a 86, prevê-se que seja a fase de ligação do trabalho com o desenvolvimento da comunidade rural.

Entretanto, são objectivos da CEPI, de momento, organizar e levar

para frente uma escola de Ensino Básico Complementar, adaptada ao mundo rural, animar a comunidade rural para ajudá-la a evoluir para o progresso, preparar quadros nacionais para serem capazes de alcançar os dois objectivos acima indicados, o apoio e integração dos alunos na sua comunidade após a 6.ª classe.

Carlos Miranda: As mulheres devem participar na Reconstrução Nacional

Carlos Miranda, de 38 anos de idade, falou para «Nô Praça».

Segundo ele, as actividades da nossa organização feminina estão a andar bem, na medida em que a sua responsável está a desempenhar cabalmente as funções que lhe foram atribuídas. Disse mais adiante que esta organização de massas tem por missão fazer com que as mulheres da nossa terra participem activamente no processo da Reconstrução Nacional, e conheçam os seus deveres e direitos na sociedade além de lutarem pela sua verdadeira emancipação.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL?

Os meios de Comunicação Social, têm muita importância, na medida em que formam e informam ao mesmo tempo.

Além disso, sem os meios de Comunicação Social, não seria possível sabermos muitas das coisas que passam no mundo, isto, porque, é através dos jornais que aparecem essas coisas.

COMO VÊ AS ACTIVIDADES DA NÓSSA ORGANIZAÇÃO FEMININA?

— Quanto a esta questão posso dizer que as actividades da nossa organização feminina estão indo bem, porque a sua responsável com a ajuda das outras compatriotas estão a cumprir cabalmente as funções que lhe fo-

ram atribuídas.

Estou a gostar das actividades dessa organização de massas que tem por missão fazer com que as mulheres da nossa terra participem activamente no processo da Reconstrução Nacional, e conheçam os seus deveres e direitos na sociedade além de lutarem pela sua verdadeira emancipação.

Com as resoluções emanadas do primeiro Congresso das Mulheres da Guiné-Bissau, espero que esta organização, saberá caminhar rumo ao progresso.

TEM UMA FAMÍLIA GRANDE?

— Para sustentar a minha família, trabalho sem poupar esforços, isto para que a minha família não passe mal.

O QUE COSTUMA FAZER NOS TEMPOS LIVRES?

Nos tempos livres, dedico-me ao trabalho caseiro ajudando a minha esposa, como companheira que ela é.

QUE PRATO PREFERE?

— Prefiro caldo de chabéu com carne.

SABE O QUE É OMS?

— Sei sim. É a Organização Mundial de Saúde que lançou um apelo para que todos tenham saúde até ao ano 2000.

Farmácia

HOJE — Famedi n.º 2 — Bairro de Belém, telefone 213473

AMANHÃ — Farmácia Higiene, Rua António M'Baná telefone 212520

SEXTA-FEIRA — Farmedi n.º 1 Rua Guerra Mendes, telefone 215511

SÁBADO — Farmácia Moderna Rua 12 de Setembro, telefone 212702.

Cinema

SOIREÉ — 21 horas — «O homem das duas faces» — para maiores de 18 anos.

MATINÉ — 18,30 horas — «Mulher chata o homem sofre» — para maiores de 13 anos.

Guinémar

DIA	DATA	PART. - DEST.	H.	DESTINO	H.	OBS.
Sábado	8/10/83	Bissau-Bolama ...	1h.	Bubaque ...	13h.	Fim-semana
Terça	11/10/83	Bissau-Catió ...	12h.	C. normal
Sábado	15/10/83	Bissau-Bolama ...	4,30h.	Bubaque ...	13h.	Fim-semana
Terça	18/10/83	Bissau-Cacine ...	7h.	Catió ...	7h.	C. normal
Sábado	22/10/83	Bissau-Bolama ...	10h.	Bubaque ...	13h.	Fim-semana
Terça	25/10/83	Bissau-Catió ...	11h.	C. normal
Sábado	29/10/83	Bissau-Bolama ...	15h.	Bubaque ...	13h.	Fim-semana

Festa da China assinalada em Bissau

A República Popular da China assinalou no passado dia 1 de Outubro o 34.º aniversário da sua libertação.

Em Bissau, a data foi comemorada com uma recepção oferecida pelo embaixador chinês junto do nosso Governo, senhor Liu Ying Xian, na qual estiveram presentes vários dirigentes do Partido e Estado encaçados pela camarada

Carmen Pereira, Ministro de Saúde e Assuntos Sociais, além de inúmeros convidados.

Por outro lado, foram projectados na UDIB, de 30 de Setembro a 3 de Outubro, filmes chineses que se referem essencialmente à guerra de libertação e à luta que aquele povo trava actualmente rumo ao progresso.

Mobiliário para o Liceu novo

Encontra-se já no país, grande parte do mobiliário escolar para equipar integralmente o edifício do «Liceu Novo», sito no Bairro de Ajuda, oferta do Governo da Holanda ao nosso país, no âmbito dos acordos de cooperação e amizade assinados entre os nossos dois governos.

O referido mobiliário que irá satisfazer as necessidades globais do ensino administrado neste novo património do Ministério da Educação Nacional, veio em 18 contentores e dois caixotes, e compreende no-

meadamente cadeiras e carteiras para alunos, secretárias e cadeiras para professores, mesas de reuniões, armários, equipamento de laboratório, quadros para salas de aulas, maquinarias variadas entre outros artigos.

De sublinhar que esta ajuda do Governo da Holanda ao nosso país, vem complementar o financiamento já inicialmente efectuado, que visava a construção do edifício, calculado num total de 16 milhões de florins, cerca de 324 milhões de pesos, dos quais

15 milhões de florins foram utilizados nas obras do imóvel, sendo o restante aplicado na aquisição do presente mobiliário.

Saliente-se ainda que actualmente funcionam no Liceu novo a Escola de Direito, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), o Destacamento Pedagógico de Vanguarda «Tchico Té», a Escola de Formação dos Professores de Bissau e o Centro de Formação Administrativo do Instituto Técnico de Formação Profissional (ITFP).

Apogeu das e



Concluimos hoje a publicação da mensagem do Presidente João Bernardo Vieira apresentada à Nação por ocasião da passagem do X Aniversário da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau.

Medidas adoptadas pelo Governo visando a reorganização do sector comercial; a divulgação no seio das massas, do conteúdo e significado do Plano Quadrienal; a articulação Partido-Estado constituem o essencial desta passagem da intervenção do Chefe de Estado.

Camaradas e compatriotas,

No quadro da execução do Programa de Estabilização, queremos aproveitar esta nossa mensagem, no X Aniversário da Proclamação da Independência do nosso País, para vos anunciar as primeiras medidas tomadas pelo nosso Governo no âmbito da reorganização do sector comercial. Assim, decidimos:

— Criar junto do Ministério do Comércio e Artesanato, um gabinete para reorganização do sector comercial, cujo objectivo, no essencial, será o de coordenar todas as acções tendentes à aplicação das decisões emanadas do Conselho Económico relativas ao sector do comércio;

— Proceder à integração dos departamentos do Comércio Externo, das direcções comerciais dos Armazéns do Povo e da Socomin, com vistas a aumentar o poder negociador das referidas empresas, com os consequentes benefícios em matéria de preços, evitando a sua disparidade, racionalizando o programa de importações, de modo a adequá-lo ao perfil da procura;

— Publicar as normas que irão regulamentar o tráfego dos postos de compra e venda dos Armazéns do Povo e da Socomin a privados;

— Publicar as normas que irão regulamentar a utilização dos cambiais resultantes das exportações efectuadas pelos privados, o que tem como objectivo estimular a exportação de produtos não tradicionais ou que deixaram de figurar no quadro actual das nossas exportações. Essas receitas serão afectadas à importação pelos operadores privados, em percentagens que irão variar com o tipo de produto exportado;

— Publicar as normas que irão regulamentar a compra aos comerciantes privados, pelos Armazéns do Povo, dos produtos destinados à exportação, prevendo-se o pagamento parcial ou integral das entregas de produtos em mercadorias importadas e destinadas ao meio rural.

A estas medidas irão seguir-se outras para outros sectores, todas elas enquadradas no nosso Programa de Estabilização. Estamos decididos, mais do que nunca, a recuperar a nossa economia e melhorar as condições de vida do nosso povo, e a reforçar a confiança das massas no nosso Partido. E temos a certeza de que iremos conseguí-lo.

O HOMEM COMO FACTOR DETERMINANTE

Apesar de já possuímos, de forma clara, as linhas que irão orientar a nossa acção, o sucesso da mesma irá depender ainda, e de forma determinante, de um outro factor — o factor humano. São os homens que executam os programas económicos, desde o nível da produção até ao da gestão.

Num país em que, sendo o sector prioritário, a agricultura ainda é feita em bases atrasadas, o esforço do camponês guineense é essencial para o sucesso do nosso Plano Quadrienal. Estamos convencidos de que os nossos camponeses, de uma forma participativa, irão contribuir decisivamente para o seu sucesso.

Torna-se indispensável uma ampla campanha de divulgação do nosso I Plano Quadrienal a todos os níveis, para que, conhecendo-o profundamente, cada um se comprometa na sua execução. Esta é uma tarefa que competirá ao Partido e às suas Organizações de Massas e em particular à Juventude. Apelamos à JAAC para que organize uma campanha de divulgação, com particular incidência nas zonas rurais, dos objectivos e conteúdo do nosso Plano, bem como das medidas que se forem tomando para a sua concretização.

É necessário que organizemos nos Ministérios, nas empresas e nos campos, a assembleia de jovens, trabalhadores e mulheres, a discussão das linhas do nosso I Plano. Ao nosso Partido, enquanto força política dirigente da sociedade, competirá o papel de dinamização e controlo de todo este processo. É necessário que o Partido analise, em cada fase, a execução do Plano, de modo a verificar a fidelidade aos seus objectivos e o respeito à linha traçada. Cabe ao Estado executar, mas o Partido deve, para além de definir as linhas gerais da acção, controlar a sua execução.

Apesar da difícil situação económica em que nos encontramos hoje, no dia da comemoração do X Aniversário da Proclamação da nossa independência, iremos relançar a nossa luta, com o mesmo espírito que nos animava quando o grupo de guerrilheiros do PAIGC atacou o quartel de Tite, na primeira acção armada contra o colonialismo português. Desta vez, iniciamos a luta pela recuperação económica e estamos certos de que a iremos vencer.

PAIGC EXPRESSÃO SUPREMA DA VONTADE SOBERANA DO POVO

Camaradas e compatriotas,

Como nós afirmamos, há precisamente dez anos, na sessão inaugural da I Legislatura da ANP, no Boé na qualidade de primeiro Presidente da Assembleia, «O PAIGC representa a expressão suprema da vontade soberana do povo. É ele quem decide da orientação de toda a política do Estado e assegura a sua realização pelos seus próprios meios. Para a realização dos nossos objectivos, é necessário assegurar uma completa mobilização das massas e a sua participação na elaboração da política do Estado. (...) A nossa ANP deve respeitar e fazer aplicar os princípios do Partido que é a força política dirigente da nossa sociedade e sem a qual, ser-nos-ia impossível proclamar solenemente a existência do nosso Estado soberano.

Ao recordarmos estas palavras, que traduziam a nossa profunda convicção na razão histórica da existência e da acção do PAIGC e do seu verdadeiro papel no processo global da luta do nosso povo, não perdemos de vista a sua consonância actual, quando celebramos, hoje e com orgulho, emoção e responsabilidade militante, os dez primeiros anos de vida do nosso jovem Estado.

ARTICULAÇÃO PARTIDO-ESTADO

Se já naquela altura podíamos proclamar em voz alta a importância política e histórica da nossa Vanguarda Revolucionária — o PAIGC —, e a sua preponderância em relação às estruturas do Estado emanadas dele e historicamente vocacionadas a serem dirigidas, orientadas e controladas por ele, hoje, mais do que nunca, devemos afirmar e confirmar na nossa prática diária a natureza do PAIGC como força política dirigente da nossa sociedade.

Estamos no direito de pensar que a problemática da articulação Partido-Estado, que mereceu uma análise minuciosa no III Congresso e no I Congresso Extraordinário do PAIGC, nunca se colocou perante a prática da nossa luta com tanta pertinência como na actualidade.

A insuficiente atenção conferida a esta questão durante os primeiros anos do pós-independência e os poucos esforços feitos no sentido de salvaguardar, na prática, o verdadeiro carácter do PAIGC, resultaram na desnaturação progressiva da essência do Partido, numa discrepância crescente na ligação Partido-Estado com reflexos altamente nocivos na corrente global do desenvolvimento do país e na prossecução das metas e princípios do Partido, criando a pouco e pouco um vazio na superestrutura política da sociedade. O Movimento Reajustador do 14 de Novembro, que constitui um momento decisivo na senda percorrida pelo nosso povo desde o acesso à independência política a esta data, veio oportunamente pôr fim a esse estado de coisas.

No momento em que celebramos com profundo entusiasmo revolucionário o X Aniversário da Proclamação da República Independente da Guiné-Bissau, impõe-se termos bem presentes o facto de que o 14 de Novembro constituiu igualmente uma promessa, um compromisso histórico perante o nosso povo combatente. Isto é, restabelecer para sempre o curso da corrente impetuosa da nossa Revolução, levar a nossa luta até às suas últimas consequências, materializando progressiva mas determinadamente, os sonhos do nosso inesquecível líder, camarada Amílcar Cabral.

ADEQUAÇÃO AS NOSSAS REALIDADES

No entanto, uma análise objectiva dos diferentes aspectos da vida nacional deixa bem patente o facto de que ainda nos resta muito a fazer para podermos considerar integralmente cumprido este nosso engajamento, isto, apesar dos numerosos esforços dispendidos até agora nos diversos domínios.

A adequação do nosso aparelho administrativo-estatal às nossas realidades concretas e às necessidades do nosso desenvolvimento constitui, sem dúvida, uma das tarefas prioritárias. A sua não consecução terá, decerto, repercussões prejudiciais não

tapas da Luta

só no funcionamento do Partido e no assumir pleno da sua vocação histórica de única vanguarda política do nosso povo trabalhador mas também, e mais decisivamente, no processo de desenvolvimento económico-social, cujo conteúdo se encontra claramente definido no legado revolucionário do Fundador da nossa Nacionalidade e no património político-ideológico do nosso grande Partido, o PAIGC.

Neste sentido, podemos afirmar que nenhuma das medidas preconizadas com vista ao saneamento da nossa situação económica, entre as quais figuram o nosso I Plano Quadrienal de Desenvolvimento e o Programa de Estabilização Económico-Financeira, poderá ser materializada, sem que o Partido desempenhe de facto a função que o nosso povo lhe atribuiu soberanamente. O Partido tem que orientar, controlar e dinamizar o aparelho do Estado, implementar medidas adequadas para a solução das nossas dificuldades actuais, sobretudo no plano económico-financeiro, promovendo de modo harmonioso e constante uma estreita e construtiva ligação com o Estado.

Estamos mais do que nunca decididos a levar a cabo esta tarefa primordial, decididos «sine qua non» para a plena consecução dos objectivos supremos da nossa Revolução: a construção de uma sociedade liberta de toda e qualquer forma de exploração, do desenvolvimento constante das forças produtivas rumo a «forma superior de existência» e que, para nós, é sinónimo de independência absoluta e total, de bem-estar e justiça social, de plena libertação e afirmação do nosso Homem guineense.

FAZER DAS ESTRUTURAS DO ESTADO UM INSTRUMENTO EFICAZ

Com a projectada Reforma Administrativa, pretendemos fazer das estruturas do nosso Estado um instrumento eficaz ao serviço das massas trabalhadoras, sobretudo do campo, e um catalizador das suas energias e da sua criatividade.

O princípio basilar que deverá nortear a nossa acção neste sentido foi definido pelo Fundador do PAIGC, camarada Amílcar Cabral, que preconizou o facto de que «todas as decisões relativas ao aparelho institucional devem basear-se nas necessidades e na situação dos camponeses que constituem a maioria do nosso povo».

A inércia e o fraco rendimento da nossa administração e serviços públicos assim como de um grande número de agentes da Função Pública, são alguns sintomas próprios a uma máquina administrativa inadequada, exageradamente pesada e desproporcionada que revela muitas sequelas da antiga ordem colonial.

O desenvolvimento futuro do nosso país exigirá, entre outras medidas, a extirpação dos males que tal máquina constitui e a sua substituição progressiva por estruturas que estejam em harmonia com as necessidades reais do nosso desenvolvimento e com o tipo de sociedade por que lutamos.

É claro que isto exigirá do nosso Partido, do seu instrumento privilegiado, o Estado, e de todos nós o maior investimento virado para a dinamização das estruturas, para a plena aplicação dos princípios e para o assumir efectivo, pelo PAIGC, seu papel de força política dirigente da sociedade.

APOIO A LUTA DOS POVOS

Camaradas,

Ao celebrarmos os dez anos de nascimento da nossa República soberana e independente, não podemos, de modo algum, deixar de dirigir um pensamento militante e de gratidão para todos os povos, países e forças progressistas do mundo que nos ajudaram e nos continuam a ajudar, quer sejam os países Escandinavos e da Comunidade Socialista que nos auxiliaram durante a luta de Libertação Nacional, quer outros com os quais viemos a estabelecer relações e laços de cooperação e amizade, após a proclamação do nosso Estado.

A celebração desta data é também uma ocasião privilegiada para lançarmos, mais uma vez,

do alto da tribuna histórica, que o «24 de Setembro» simboliza para o nosso Povo e o nosso grande Partido, uma vibrante mensagem de solidariedade combativa a todos os povos que pugnam pelos seus direitos legítimos e para reafirmarmos o nosso indefectível apego aos princípios e normas que regem as relações entre Estados e cuja observância constitui, hoje, um imprescindível factor de paz e de estabilidade mundial.

Manifestamos o nosso total apoio aos povos do Continente Africano e do Mundo, decididos a conquistarem a sua personalidade histórica e a sua independência sob a direcção das suas legítimas vanguardas revolucionárias. A nossa solidariedade de sempre vai para o povo da Namíbia, empenhado, sob a direcção do seu representante legítimo, a SWAPO, na grande luta contra a perpetuação da dominação estrangeira no seu território, a exploração ilegal dos seus recursos naturais e a negação dos direitos fundamentais dos seus cidadãos pelo Estado racista e agressivo da África do Sul.

A aplicação incondicional da Resolução 435 do Conselho da Segurança da ONU sobre a Namíbia constitui, quanto a nós, a única via capaz de conduzir à solução justa e definitiva da questão namibiana. Afirmamos igualmente o nosso compromisso com a luta do povo sul-africano, liderado pelo ANC, para a eliminação do regime hecónio do apartheid e pela edificação de uma sociedade democrática naquele país africano, e manifestamos o nosso incondicional apoio aos países da Linha da Frente, em particular a Angola e Moçambique, vítimas da política agressiva e desestabilizadora da África do Sul.

Reiteramos a nossa solidariedade militante para com a República Árabe Saharaui Democrática e a sua vanguarda revolucionária, a Frente Polisário, na sua luta pelo restabelecimento dos direitos legítimos do povo saharauí, e apelamos para a estrita aplicação da Resolução da 19.ª Cimeira da OUA referente a este território africano.

Quanto à espinhosa questão do Tchad, que constitui uma ferida aberta na África e uma série ameaça à paz e à estabilidade no Continente, estamos convencidos de que a solução justa e definitiva do conflito fratricida que prevalece naquele país africano e o restabelecimento da paz dentro das suas fronteiras, bem como a criação de condições propícias ao desenvolvimento e ao progresso, deve e só pode ser a obra do próprio povo tchadiano.

Por isso, rejeitamos toda e qualquer ingerência do exterior e todas as acções visando a internacionalização do conflito, e apelamos também para o cumprimento das disposições contidas no Comunicado Final do Bureau da 19.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governos da nossa Organização Continental sobre a situação no Tchad.

ADESÃO AO NÃO-ALINHAMENTO

Reafirmamos o nosso fraterno apoio à luta do povo de Timor-Leste, vítima da agressão, do genocídio e do desrespeito pelos seus direitos elementares. Manifestamos a nossa total solidariedade para com os povos da América Latina e das Caraíbas na sua luta para a construção de sociedades democráticas e justas, e condenamos as ingerências e intervenções estrangeiras assim como as manobras desestabilizadoras dirigidas contra os Estados independentes e progressistas desta região.

Renovamos também ao heróico povo de Palestina e à sua vanguarda revolucionária, a OLP, o nosso indefectível apoio na luta pela afirmação dos seus direitos inalienáveis à independência e à criação de um Estado próprio e independente e condenamos do mesmo modo a política sionista e anexionista de Israel e os constantes atentados à soberania e à integridade territorial dos Estados Árabes da região.

Condenamos com vigor todo e qualquer tipo de dominação e exploração estrangeira, o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo, incluindo o sionismo e o apartheid, e afirmamos a nossa adesão à política do não-alinhamento, instrumento fundamental do equilíbrio mundial. Reiteramos também, nesta ocasião, a nossa determinação em lutar de mãos dadas com outros membros da Comunidade Internacional,

amantes da paz e do progresso, pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional e pela instauração de um clima de paz e de entendimento num mundo liberto da ameaça da destruição nuclear.

A manutenção da paz e da segurança internacional é a tarefa de todos e de cada membro da grande família mundial. Por isso, reveste-se de imprescindível importância, o respeito estrito pelas normas do Direito Internacional e pelos princípios consignados na Carta das Nações Unidas, em particular os que se referem à solução pacífica dos diferendos internacionais, à não utilização da força ou da ameaça do seu emprego nas relações entre Estados e o respeito pela soberania, a independência e a igualdade dos Estados.

EXPRESSÃO DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Camaradas e compatriotas,

Neste momento, apesar dos graves problemas que afectam o nosso País e o mundo, o povo guineense e o seu Partido de vanguarda — O PAIGC — festejam com júbilo os dez primeiros anos da nossa independência.

Isso demonstra a tranquilidade moral de um povo e de um Partido que confia na sua capacidade de vencer as crises momentâneas e a justiça da causa pela qual se bateu ontem contra o colonialismo e hoje contra o subdesenvolvimento, a miséria e a fome, para a construção de uma Pátria cada vez mais progressista e revolucionária.

Desde o dia em que criámos o nosso Partido até à data em que entramos na comunidade dos povos e nações independentes, e agora que encetamos a marcha heróica para a construção de um futuro melhor e digno para o nosso povo, tivemos sempre a certeza no triunfo da nossa causa.

Vencemos ontem nas matas da nossa terra e provámos que nenhuma força, por mais poderosa que seja, é capaz de destruir a vontade de um povo consciente, organizado e unido.

Hoje, continua a ser nessa vontade inabalável, nessa consciência e unidade do nosso Povo que reside o segredo da nossa vitória na luta pela independência económica, base sem a qual não será possível levar à prática os objectivos que nos propusemos alcançar.

Mas, a luta pela independência económica passa necessariamente pela afirmação e consolidação da nossa nação africana. Sem consciência patriótica e nacional, não há independência, não há progresso, não há bem-estar.

A nossa luta de libertação nacional, que foi a expressão mais sublimada da tomada de consciência do nosso povo, serviu de motor para a libertação das consciências dos preconceitos tribais e étnicos, redimensionou em novas perspectivas o conceito do homem guineense, lançou o germen da unidade nacional.

Isso só foi possível, porque o Partido de Cabral, sintetizando os interesses das camadas trabalhadoras e do nosso povo em geral, conseguiu encontrar uma plataforma para a qual convergiam os interesses de cada indivíduo, de cada grupo ou camada social. Essa plataforma surgiu da necessidade de liquidar o poder colonial português na nossa terra.

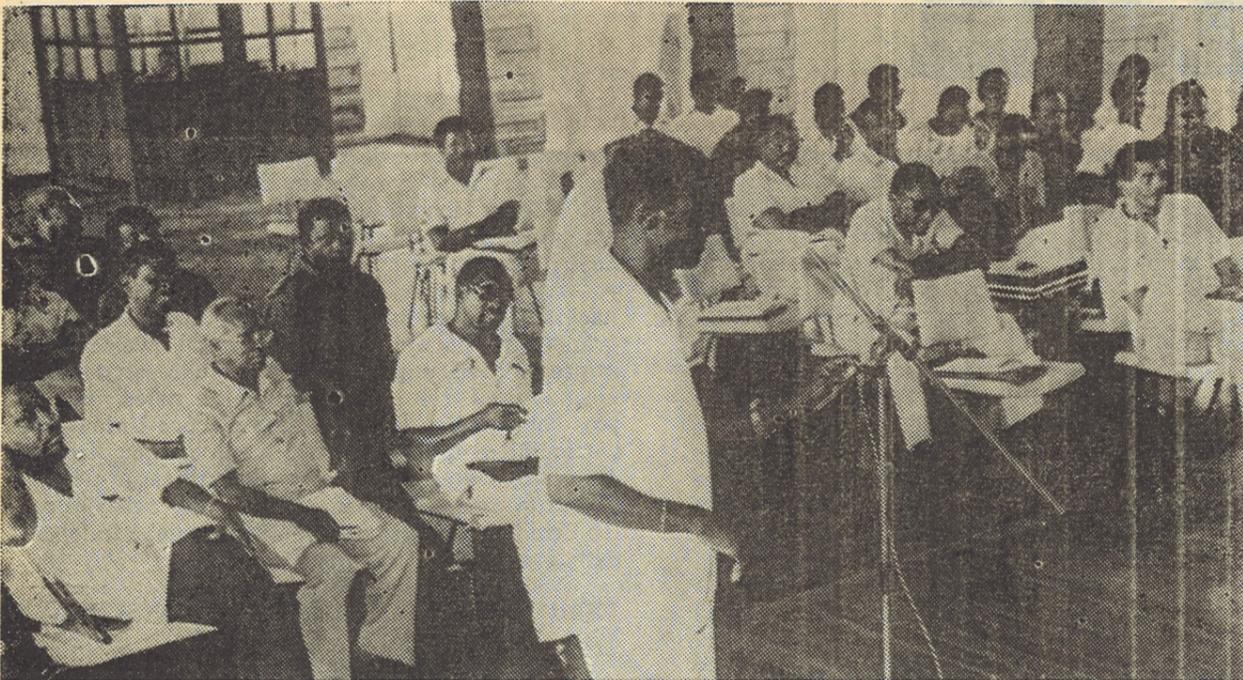
Na fase da reconstrução económica, o Partido encontrou também uma plataforma capaz de unir os interesses da grande maioria do Povo guineense. Ela está inserida nas resoluções do III Congresso, reafirmadas pelo I Congresso Extraordinário do PAIGC e contém, na sua essência, a defesa dos interesses das camadas menos favorecidas, as quais constituem a esmagadora maioria da população guineense.

REFORÇAR O TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO

Uma vez aceite essa base, cabe ao Partido apreender profundamente a estratégia do nosso desenvolvimento económico e social. Urge pois reforçar o trabalho de conscientização do nosso povo e

Continua na pág. 6

Resoluções do Comité Central do PAIGC



O Comité Central do PAIGC, reunido em sessão ordinária, em Bissau, de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 1983;

Tendo discutido e apreciado o Relatório do Comité Central apresentado pelo Secretário-Geral do Partido, camarada João Bernardo Vieira;

Após debate exaustivo de uma ordem de trabalhos em que se inscreviam os principais problemas da actualidade da vida do Partido e do nosso Estado;

Conclui e decide o seguinte:

I

O Comité Central felicita o Secretário-Geral do Partido pela objectividade e clareza do Relatório submetido à sua apreciação e aprovação, e, pela importância do seu conteúdo e lucidez, e justiça da análise nele contido, decide que o referido Relatório seja adoptado como documento de trabalho do Partido e que a sua divulgação atinja todas as estruturas intermédias e de base do PAIGC.

II

Considerando a importância do Plano Quadrienal de Desenvolvimento Sócio-Económico do País e a pertinência do programa nele contido;

O Comité Central decide aprovar o Plano Quadrienal e recomenda aos organismos do Partido a mobilização de todas as energias nacionais para a sua realização.

O Comité Central analisou profundamente a grave situação económica do país, e tendo concluído que a origem da crise se encontra não só na pesada herança colonial, na crise internacional mas também na inadequação das estruturas por nós criadas, que se caracterizam por uma estabilização exagerada do aparelho produtivo, decide:

— Aprovar o Programa de Estabilização Económica e Financeira dando realce aos seguintes aspectos:

1 — Considerando a necessidade de dinamizar a produção agrícola através de uma melhor e mais justa retribuição

(em mercadorias) ao camponês, pela sua produção;

Considerando que a vinculação do retalhista rural à comercialização dos produtos agrícolas e ao abastecimento do camponês em bens de consumo é uma condição indispensável à dinamização da produção agrícola; o Comité Central recomenda que se leve a cabo no mais curto prazo a reestruturação do sector comercial.

A reestruturação do sector comercial baseada na privatização tanto quanto possível da rede do comércio retalhista rural e transformação das duas grandes empresas comerciais do Estado, Armazéns do Povo e Socomin, em duas outras empresas estatais das quais uma se limitaria à Importação/Exportação e a outra se transformaria numa empresa de distribuição grossista.

2 — Considerando a necessidade de continuar a promover o desenvolvimento da agricultura popular, principal com-

ponente da nossa auto-suficiência alimentar e independência;

Considerando por outro lado a possibilidade e a necessidade de praticar uma agricultura mais avançada, fundamentalmente virada à exportação, e que possa portanto procurar ao país os cambiais necessários à importação de bens de consumo e equipamento, o Comité Central recomenda às estruturas competentes do Estado o incentivo da produção rural privada de produtos ricos para exportação;

3 — Considerando a necessidade da promoção de um desenvolvimento acelerado dos sectores produtivos virados para a exportação, nomeadamente pescas, florestas e recursos mineiros;

Considerando as nossas carências tecnológicas e fracas possibilidades de gestão, portanto a necessidade dum contribuição externa dessas componentes;

Considerando a necessidade de importação de capitais para o desen-

volvimento dos nossos recursos naturais;

O Comité Central recomenda às estruturas competentes do Estado que procedam a uma maior abertura ao investimento privado estrangeiro nos domínios atrás referidos, de preferência em regimes de associação com capitais nacionais.

4 — Considerando que o crédito à actividade produtiva é uma componente indispensável ao desenvolvimento económico;

O Comité Central recomenda às estruturas competentes do Estado a elaboração e a prática dum política de crédito adequada às nossas necessidades de desenvolvimento.

5 — Considerando a necessidade dum maior equilíbrio orçamental, indispensável ao saneamento económico e financeiro da nossa economia;

O Comité Central recomenda às estruturas competentes do Estado a adopção de uma política realista de contenção de despesas e a elaboração e prática dum política fiscal justa que responda às necessidades de aumento das receitas que reduzem o défice orçamental a níveis aceitáveis.

6 — Considerando a importância do Programa de Estabilização Económica e Financeira e as incidências que seguramente terá na vida do nosso Povo;

Considerando a necessidade de os organismos do Partido mobilizarem e enquadrarem as massas populares para a sua realização;

O Comité Central decide que se promova a divulgação exaustiva do Programa de Estabilização Económica e Financeira no seio das massas trabalhadoras;

7 — Considerando a necessidade de pôr termo ao êxodo rural para Bissau que tem sido verificado nestes últimos anos;

Considerando o peso da população improdutivo da nossa capital sobre as necessidades de importação do país;

O Comité Central recomenda às estruturas competentes do Estado a adopção de normas de racionalização do abastecimento de produtos de 1.ª necessidade, fundamentalmente em fun-

ção dos agregados familiares dos trabalhadores.

III

No processo económico que tem lugar na nossa terra desde a Independência, mereceu de alguns erros acumulados, da falta de exigência e de rigor e de medidas de correcção ou de punições exemplares, e a tempo, contra os prevaricadores, começou a gerar-se, desenvolveu-se e proliferou o fenómeno da corrupção que veio atingir a alta hierarquia partidária e estatal.

Considerando que a corrupção é contrária a todos os princípios e normas morais que regem o Partido e a conduta dos seus militantes;

Considerando as consequências nefastas para a nossa economia dos desvios de bens do Estado utilizados em proveito próprio;

Considerando que a corrupção generalizada pode pôr em perigo a própria existência do Partido e do Estado, tal como os concebeu Amílcar Cabral;

— O Comité Central decide:

a) que se leve a cabo um combate incessante à corrupção e práticas ilícitas no seio dos organismos estatais e do Partido.

b) que sejam tomadas medidas pertinentes, entre as quais um profundo trabalho ideológico e de informação, que criem as condições necessárias à prevenção da corrupção a todos os níveis do Partido e do Estado.

Tendo em conta os graves erros cometidos no desempenho das suas funções a nível estatal e partidário.

O Comité Central decide:

— Aplicar a sanção prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto, aos seguintes camaradas:

1. Samba Laminé Mané, membro do Bureau Político e do CC do P.A.I.G.C.

2. Manuel Saturnino da Costa, membro do BP e do CC do PAIGC.

3. Salum Sanhá, Secretário para a Organização do Partido na região de Bafatá.

4. Flávio Proença

— Aplicar a sanção prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto ao camarada N'Cole N'Neque.

IV

Tendo em conta os erros graves cometidos nas

(Continua na Página 8)

Apogeu das etapas da luta

Continuação das centrais

da formação ideológica dos nossos quadros.

Porque, se é verdade que o povo não luta por ideias ou por aquilo que os indivíduos têm na cabeça, não é menos verdade que, quando uma ideologia é assumida pelas massas, ela transforma-se numa força que permite compreender e superar as dificuldades, mobilizar a energia e capacidades criadoras, e ultrapassar o quadro limitado das reivindicações étnicas.

Estamos convencidos de que a correcta aplicação da nossa estratégia de desenvolvimento nos conduzirá a um consenso nacional, à unidade económica, cultural e política de todo o povo guineense.

Vamos, pois, camaradas e compatriotas, reforçar a nossa determinação de produzir cada vez mais e melhor, aumentando a nossa produtividade no trabalho, e reforçar a nossa confiança no Partido de Cabral, na certeza porém de que as riquezas por

nós produzidas servirão antes de mais à maioria do nosso povo trabalhador.

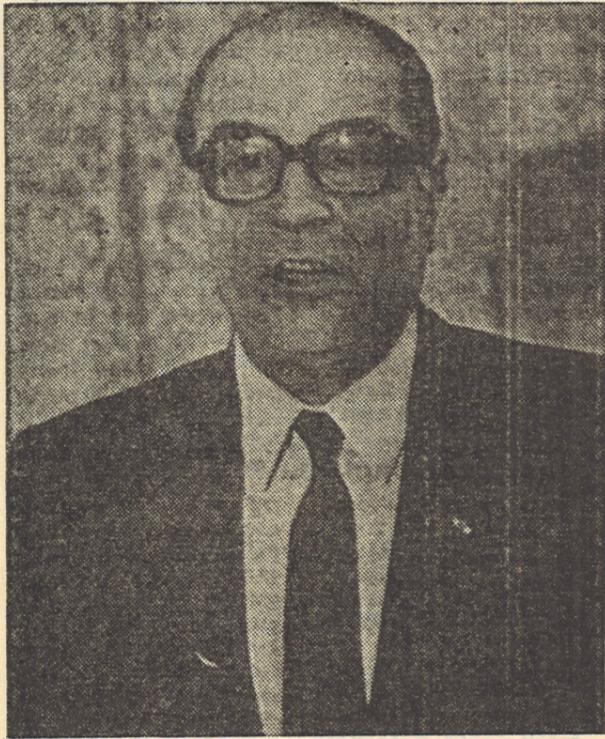
Camaradas e compatriotas:

Dentro em breve iremos dar início ao processo da normalização da vida institucional. Iremos apresentar à discussão popular o nosso projecto de Constituição e realizar as Eleições Legislativas e Presidenciais. Trata-se de um passo importante no quadro da criação das condições para um funcionamento mais eficaz do nosso aparelho de Estado.

Aproveitamos esta ocasião para lançar, desde já, um apelo ao nosso povo em geral, para uma participação massiva nesse processo, de modo a que o culminar desse acto seja uma demonstração clara da aplicação na prática da nossa Democracia Nacional Revolucionária.

Viva a República da Guiné-Bissau!
Viva o Conselho da Revolução!
Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo!

Cimeira franco-africana de Vittel para solução do conflito do Tchad



A poucas horas do encerramento da X Cimeira Franco-Africana de Vittel (França), os Chefes de Estado africanos,

reunidos com o Presidente francês François Mitterrand, encontravam-se ainda no princípio da tarde de ontem

em busca de uma pista de solução para o conflito tchadiano, através de uma reconciliação nacional.

O Presidente guineense, Ahmed Sekou Touré, que tomou a iniciativa de lançar a concertação sobre o Tchad, em Vittel, indicou que os participantes estavam em vias de estabelecer um quadro que permitisse a «reconciliação nacional» no Tchad a qual, disse ele, encontra-se engajado «sem equívoco» o Presidente tchadiano Hissene Habre. Esta reconciliação deve permitir, segundo Sekou Touré, assegurar «a salvaguarda da integridade territorial da Nação tchadiana e a unidade do povo tchadiano».

O Chefe de Estado guineense não tem cessado desde a tarde de segunda-feira de manter consultas com os seus homólogos. Por seu turno, o Presidente Mitter-

rand recebeu, sucessivamente, em audiências, os presidentes tchadiano Hissene Habre e congolês Sassou Nguesso. Este último, que acaba de efectuar uma breve estadia em Tripoli, onde se encontrou com o Coronel Mouammar Kadafi e o Presidente do GUNT, Goukouni Weddeye, afirmou que estes últimos encontravam-se de «boa disposição» no respeitante à abertura de negociações.

«O Coronel Kadafi e o Presidente Goukouni estão de acordo que um regulamento seja buscado no quadro da OUA e que os tchadianos encontrem uma solução para os seus problemas», declarou Nguesso a jornalistas.

A Cimeira de Vittel, na qual participam, segundo observadores, 37 dos 50 países do Continente, alguns na qualidade de observador, foi inaugu-

rada na segunda-feira com os discursos dos Presidentes Mitterrand e Mobutu Sesse Seko, do Zaire. Uma reunião de ministros, efectuada na manhã do mesmo dia, precedeu o encontro dos Chefes de Estado. Parte principal do discurso do presidente francês foi consagrada à situação no Tchad, tendo apelado aos participantes a darem um conselho sério e amigável, a fim de preparar uma saída pacífica da situação no Tchad.

Entretanto, notícias de última hora dão conta de que a Cimeira terminou ontem à tarde os seus trabalhos, sem ter encontrado a solução milagre para o conflito tchadiano, mas permitiu a abertura de um diálogo entre os partidários de N'Djamena e os que preferiam negociações em pé de igualdade com o GUNT, de Goukouni Weddeye.

Shehu Shagari tomou posse

O Presidente nigeriano, Shehu Shagari, foi investido para o seu segundo mandato, na segunda-feira, em Lagos. A cerimónia de posse coincidiu com o 23.º aniversário da independência do país.

Num discurso proferido na ocasião, o Presidente Shagari apelou a todos os nigerianos a cooperarem com a sua

administração, na edificação de uma nação forte e livre.

O Chefe de Estado da Nigéria disse que a sua administração assegurará o aprovisionamento em água e energia e a autosuficiência em produção alimentar.

Afirmou ainda que no decorrer deste novo mandato de quatro anos,

a Nigéria irá orientar a sua economia de uma maneira prudente e procederá a redução das despesas públicas.

No plano internacional, reafirmou o apoio do seu país à OUA e à luta contra o colonialismo. Acrescentou que a Nigéria manterá as suas relações com todos os países amigos.

Novo exército libanês

Walid Jumblatt, líder do Partido Socialista Progressista (P.S.P.), anunciou a sua decisão de criar um comité administrativo popular e um exército, nas montanhas de Chouf, com vista a realizar uma verdadeira unidade.

«Nós optamos pela existência do exército libanês como um exército unido, que será desmembrado depois de

concluído o processo de reconciliação nacional», afirmou Jumblatt acrescentando que o exército será estabelecida e servirá para proteger a soberania no Líbano.

O líder do PSP, no seu discurso, disse que «nós não queremos lutar contra o exército libanês» e sublinhou a necessidade de determinar quem é o inimigo e quem é o amigo.

FMI-BM e os países africanos

A Assembleia Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que decorreu em Washington, foi julgada pelos países africanos como pouco «construtiva», afirmam os responsáveis destas duas instituições.

Com efeito, os delegados africanos referem que a reunião foi uma decepção. O ministro das finanças do Senegal sublinha que os mais importantes avanços registados em Washington foram «os progressos verificados acerca de um aumento dos recursos do FMI». Citou particularmente «a esperança renovada» duma ratificação, pelo Congresso, da contribuição americana de 8,4 bilhões de dólares e o avanço das discussões para um apoio de 6 bilhões de dólares pelos países europeus e a Arábia Saudita.

Mas, refere ainda o ministro senegalês, não foram tomadas decisões positivas, protelando-se a prioridade devida a discussão dos empréstimos feitos a longo prazo aos países mais pobres pela AID, filial do Banco Mundial.

A falta de acordo sobre os recursos da AID para os próximos

três anos, foi o problema mais grave da reunião de Washington. «Os Estados Unidos não mudaram a sua determinação de baixar a sua contribuição e de limitar os recursos da AID em 9 bilhões de dólares entre 1984 e 1987», afirma ainda o ministro senegalês.

O director do Banco Mundial, Alden Clausen, deixou entender que os Estados Unidos poderiam ter uma atitude mais positiva se a sua contribuição for votada pelo Congresso mas, sublinha que «eles não irão jamais atingir a cifra de 86 bilhões de dólares, importância considerada como a mínima para que as operações da AID não diminuam depois de 1985».

Por outro lado, sobre os empréstimos do FMI aos países em dificuldade em 1984, os peritos africanos estimam que o seu acesso será restrito e que «tendo em conta a nossa posição junto do FMI seria necessário que a taxa seja de 111 por cento para que as possibilidades de saque permaneçam no mesmo nível que anteriormente».

Entretanto, muito dependerá

da maneira como o FMI interpretará a possibilidade que foi acordada de ir até a uma taxa de 125 por cento das quota-partes para alguns países.

Desta forma, os países africanos como vários outros países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina, inquietam-se da insistência posta pelas autoridades americanas para que o FMI não fuja do seu papel monetário e não aceite mais que auxílio a curto prazo. «Isso significa que mesmo em caso de dificuldades de pagamento seremos encaminhados para os bancos de desenvolvimento, cujas capacidades de acção estão em constante diminuição», nota um delegado africano citado pela agência France Presse.

Recorde-se que seria discutida a redução de 2,7 bilhões de dólares no montante dos empréstimos a diversos países, sobretudo, do Terceiro Mundo. Por outro lado, as dificuldades do Fundo Monetário Internacional agravaram-se quando diversos países europeus e a Arábia Saudita se recusaram a participar num empréstimo de emergência ao Fundo.

EUROMISSEIS

ATENAS — O Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan insiste sobre a manutenção de uma «posição unitária» dos países da NATO durante as negociações de Genebra, sobre os euromísseis, numa carta enviada na semana passada, sobre o referido assunto, ao primeiro-ministro grego Andreas Papandreu, escreve, no domingo, o jornal «Athenian To Vima».

COMUNICAÇÕES

ISTAMBUL — Começou nesta cidade um encontro conjunto, em que participam os representantes da Turquia, Bulgária, Jugoslávia, Kuwait e Síria e dedicado ao desenvolvimento do sistema de comunicações televisivas entre os referidos países.

O vice-director-geral da Comunicação da Turquia salientou que o desenvolvimento do sistema de comunicações televisivas entre os países da região contribuirá para o fortalecimento da cooperação nos domínios social, económico e cultural.

GIBRALTAR

MADRID — A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), aceitou no domingo, em Madrid, de criar em Espanha um novo comando regional no interior da aliança que terá, particularmente, a jurisdição sobre Gibraltar, informou no domingo o quotidiano madrilenho «El País».

RACISTA

Maputo — Peritos militares da África do Sul dirigem as actividades subversivas e terroristas de contra-revolucionários do chamado «Movimento Nacional de Resistência», que actua em Moçambique. Isso foi confirmado por Carlos Zandamela, um dos cabeceiras do grupo recentemente aprisionado. Referiu que na base do MNR em Tomé, na província de Inhambane, «trabalharam» cinco conselheiros militares do regime de Pretória.

IGREJA

ROMA — Vários participantes no Sínodo, no Vaticano, manifestaram-se preocupados com a corrida aos armamentos e o perigo da guerra termonuclear.

«A guerra é o maior horrível crime contra a humanidade» afirmou o bispo de Icoyama, Fumio Humao. O eclesástico nipónico salientou que o povo japonês já conhecera na sua própria carne, em Hiroxima e Nagasaki, as consequências de armas nucleares que tinham exterminado dezenas de milhares de pessoas.

Conferência sobre trabalho em Tunis

O camarada Dr. João Cruz Pinto, membro do Comité Central do PAIGC e Ministro da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, encontra-se desde domingo em Tunis, a fim de participar na 6.ª Conferência Regional do Trabalho, organizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Nesta Conferência, inaugura-se a segunda-feira na capital tunisina, participarão representantes dos países africanos da nossa zona Ocidental.

Procedida a abertura do ano lectivo

O camarada primeiro-ministro Victor Saúde Maria procedeu ontem na cidade de Bafatá a abertura solene do ano lectivo 83/84, que se devia efectuar desde o passado dia 1 de Outubro mas, que não foi possível devido a realização da reunião do Comité Central do PAIGC. Este acto foi realizado nesta região em virtude desta ter sido escolhida como modelo.

No seu improviso, o Chefe do Governo manifestou a sua satisfação em assistir ao acto que caracteriza «de grande vitória da população de Bafatá» que consagrou inúmeros esforços para

conseguir este objectivo. Disse, ao dirigir-se à população de Bafatá, que não o fazia somente para ela assim como para a de todas as regiões do país.

Referindo-se a tarefa da educação, disse que esta é importante para o desenvolvimento de um país, porque é através dela que se cria o modelo do Homem Novo que posteriormente irá servir a comunidade onde está inscrito. Referiu ainda que a Educação deve trabalhar em estreita ligação com a comunidade a fim de que os alunos possam ganhar o amor ao trabalho.

Por outro lado, apelou aos pais e encarregados de educação para a conservação das escolas e materiais, porque, sem eles, os seus filhos não podem aprender a ler nem escrever. Salientou ainda que a tarefa da educação é de todos nós e não somente dos professores porque, primeiramente, ela começa em casa, portanto, grande parte desta responsabilidade cabe também aos pais.

Entretanto, criticou a tendência de certos jovens que, pelo facto de saberem ler, menosprezam certos trabalhos, sobretudo, da lavoura.

Luis Sanca na Europa

Deixou o país na passada sexta-feira com destino a Bélgica, RFA, Holanda e Luxemburgo, o camarada Luís Oliveira Sanca, Secretário de Estado das Pescas, acompanhado do economista Bernardino Cardoso.

De acordo com as declarações do camarada Luís Sanca, em Bruxelas representará o nosso país nos trabalhos da reunião ministerial dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Neste encontro, que antecederá à reunião conjunta dos ACP/CEE, os participantes farão a renegociação da Convenção de Lomé III, sobre a cooperação económica.

Ainda conforme o Secretário de Estado das Pescas, na RFA, participará, com representantes dos diversos ministérios do nosso país na reunião de relançamento da cooperação bilateral que conheceu uma certa frieza em 1982, devido às divergências

do ponto de vista político entre os dois governos.

Na Holanda, aquele membro do Governo entabulará contactos com o Ministério holandês da Cooperação, a fim de estabelecer o ponto da situação da nossa cooperação e as novas perspectivas do seu alargamento. Em Luxemburgo o camarada Luís Sanca terá um encontro com o Secretário de Estado da Cooperação, para avaliação da situação da nossa colaboração nas diversas áreas.

Segundo o Secretário de Estado das Pescas, estes contactos servem para o relançamento da nossa cooperação bilateral, e vêm na sequência do exposto no nosso plano Quadrienal de Desenvolvimento e o nosso Programa de Estabilização Económica e Financeira, de forma a permitir que os acordos se combinem com os objectivos apresentados nos dois documentos.

Canchungo: Reunião com homens grandes

A falta de apoio dos homens grandes no processo de desenvolvimento sócio-económico do sector de Canchungo nestes últimos tempos tem sido preocupação manifestada por parte dos responsáveis daquela zona. Assim, realizou-se antontem, uma reunião com os homens

grandes do referido sector.

Foram discutidos vários pontos relacionados com as actividades dos comités de base bem como a necessidade de vigilância devido à fuga dos produtos de primeira necessidade para os países vizinhos.

Os participantes concordaram no final que a não participação dos homens grandes nas actividades políticas e no desenvolvimento sócio-económico é um factor negativo para o desenvolvimento global do sector de Canchungo.

Resoluções do Comité Central do PAIGC

(continuação da pág. 6)

suas funções no Estado pelo camarada José Neto.

O Comité Central decide:

Aplicar ao camarada em questão a pena a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º dos Estatutos.

V

Considerando que a conduta do camarada João da Silva no seio da instância máxima do Estado é incompatível com a qualidade de dirigente superior do P.A.I. G.C.,

O Comité Central decide:

Afastar o referido camarada do Bureau Político e do CC do PAIGC, conservando no entanto

o seu lugar no seio do Comité Central.

VI

Tendo em conta que com a sua acção antipartidária e divisionista os militantes João da Costa, membro suplente do Comité Central, Honório Fonseca e Leopoldo Alfa-ma traíram os objectivos do Partido e da Luta de Libertação Nacional e do 14 de Novembro.

O Comité Central decide:

Expulsar esses militantes do PAIGC.

VII

A 12 de Setembro de 1984 cumprem-se 60 anos do nascimento do Fundador do Partido e seu 1.º Secretário-Geral, camarada Amílcar Cabral.

Considerando a necessidade de comemorar com a devida solenidade

o 60.º Aniversário do nascimento do Militante n.º 1 do PAIGC e Fundador da Nossa Nacionalidade,

O Comité Central decide:

Criar uma comissão preparatória constituída pelos camaradas:

Vasco Cabral, Carmen Pereira, Manuel Santos, Pedro Ramos, Nicandro Barreto, Flinto Barros e Teobaldo Barbosa que apresentará propostas concretas de acções a desenvolver no quadro dessas comemorações à 1.ª Reunião Ordinária do Bureau Político a realizar-se.

VIII

1. O Comité Central do PAIGC após aprofundada discussão do importante trabalho realizado pelo Secretariado do Comité Central e pelas Comissões do CC;

congratula-se com o esforço desenvolvido por esses órgãos, e exorta-os a continuar a sua acção e a melhorá-la incessantemente de forma a transformar o Partido cada vez mais em vanguarda revolucionária do nosso povo, na força dirigente da nossa sociedade.

2. Considerando as importantes tarefas a realizar pelo Secretariado do CC na condução diária da vida do Partido,

— Considerando a grave penúria de quadros que actualmente se verifica no Secretariado,

O Comité Central decide:

Que sejam reforçados qualitativa e quantitativamente os quadros de que dispõe o Secretariado.

Que a camarada Fran-

cisca Pereira, Secretária-Geral da UDEMU, passe a trabalhar a tempo inteiro no Secretariado do CC, para além das suas funções na direcção da Organização Feminina.

IX

Considerando a forma brilhante como o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Secretário - Geral do Partido, tem vindo a conduzir os destinos do nosso País,

Considerando que o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira é o líder incontestado e incontestável das nossas gloriosas FARP e encarna e espírito de sacrifício, fidelidade à Pátria e abnegação que são o apanágio do braço armado do Partido.

Interpretando a vontade expressa dos soldados e oficiais das FARP.

O Comité Central decide:

Promover por distinção, a General de Divisão, o camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do Partido e Comandante-Chefe das FARP.

X

O Comité Central felicita-se pelo espírito militante com que decorreram os debates e pelas importantes decisões que saíram deste plenário, que certamente contribuirão para uma maioria sensível da nossa acção e para o avanço do nosso povo no caminho do Progresso e Prosperidade.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»: AV. DO BRASIL, C.P. 154 — BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintino

REDACÇÃO: Antécio Alves, António Tavares, Baltazar Beblano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Teballes, Pedro Abina, Simão Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Teballes, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.